

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005027-05.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Cleber Lima Pereira**
Requerido: **Multiplus S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido por meio de *site* da ré produto com utilização de pontos de programa mantido junto à mesma para o respectivo pagamento.

Alegou ainda que como o produto não foi entregue almeja à condenação da ré ao reembolso do equivalente em dinheiro.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque sua legitimidade passiva *ad causam* deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ela inegavelmente enquadra-se nessa condição, pois a compra levada a cabo pelo autor somente foi implementada em decorrência de seu programa de pontuação atuar como instrumento do correspondente pagamento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A ré representa, portanto, importante fator de incentivo a todos aqueles que se valem da ferramenta que disponibiliza para a consecução de transações desse tipo e não pode eximir-se pelo que veio depois a acontecer.

É oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Não obstante, é óbvio que como decorrência da solidariedade poderá aquele acionado para a reparação dos danos “*exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante*” (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, os documentos de fls. 04/05 demonstram que o negócio trazido à colação se deu por acesso a *site* da ré, tendo ela própria na peça de resistência reconhecido que o resgate da pontuação para satisfação ao preço do produto "ocorreu dentre da normalidade" (fl. 18, penúltimo parágrafo).

É incontroverso, outrossim, que a mercadoria não foi entregue sem que houvesse justificativa para tanto.

O cenário delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, os pontos do programa mantido pela ré à evidência se revestem de caráter econômico, tanto que serviram como moeda para o pagamento da compra em apreço.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Se é indiscutível o seu resgate no importe de 8.560 pontos e se o autor não recebeu a mercadoria comprada, seu prejuízo material transparece claro.

Em consequência, a ré deverá ressarcir-lo para restabelecer a condição patrimonial que ostentava antes do evento noticiado.

Repito, por oportuno, que poderá a ré por via de regresso buscar o ressarcimento do que porventura entenda de seu direito, mas isso não poderá afetar e muito menos prejudicar o autor.

De igual modo, ressalvo que a vedação para conversão da pontuação em espécie é claramente abusiva por colocar o consumidor em desvantagem exagerada e ser incompatível com a boa-fé (art. 51, inc. IV, do CDC), não produzindo os efeitos invocados pela ré.

Por tudo isso, e à míngua de impugnação específica ao valor postulado pelo autor, a condenação da ré impõe-se.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 599,20, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA